

Deputados brigam por Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, onde se dará o próximo embate em torno da cassação dos deputados envolvidos na manipulação do Orçamento Federal, será palco esta semana de uma ferrenha disputa de bastidores. O atual presidente, deputado José Dutra (PMDB-AM), cujo mandato expira em 15 de fevereiro, resolveu brigar para se manter no cargo até o final do processo, contrariando as pretensões do colega José Thomaz Nonô (PMDB-AL). Preterido da presidência na eleição passada, Nonô julgava ter chegado a sua vez, justamente no que seria o momento mais consagrador da sua carreira, mas Dutra descobriu que, como só tomou posse em 17 de março de 1993, legalmente pode ficar no cargo até 17 de março próximo, quando completa o prazo regimental de um ano de mandato.

“Seria desastroso trocar o comando da comissão no meio do julgamento”, explicou Dutra, que confia numa decisão a seu favor do presidente da Câmara, Inocêncio

Oliveira (PFL-PE). A questão é delicada tanto para Inocêncio como para o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (PMDB-MG), que tentarão fechar acordo em torno da nova direção da CCJ. Pelo Regimento da Câmara, cabe exclusivamente a Inocêncio decidir se Dutra deve ser substituído em 17 de março ou em 15 de fevereiro.

Preferência — A opção de Inocêncio indicará uma preferência. Mesmo que fique com a segunda hipótese, ainda assim Nonô não pode comemorar vitória, já que a indicação para o cargo depende da palavra do líder do partido e da fidelidade dos demais membros da comissão. Contra Nonô pesa o passado quercista que o levou a uma participação nebulosa na CPI da Vasp, que “acabou em pizza”, na definição de vários parlamentares. Já Dutra, ao contrário, teve um comportamento exemplar na condução do processo recente que resultou na cassação de três deputados que negociaram a troca de legenda, tendo a seu favor a experiência na matéria.